

Democracia em Portugal 2022

MARCELO CAMERLO
DAVID PIMENTA
JOÃO GABRIEL DE LIMA
LÚCIO HANENBERG
(ORGANIZADORES)

DEMOCRACIA EM PORTUGAL 2022

Caderno do Observatório
da Qualidade da Democracia

Organizadores

Marcelo Camerlo

David Pimenta

João Gabriel de Lima

Lúcio Hanenberg

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

Imprensa de Ciências Sociais



**Instituto de Ciências Sociais
da Universidade de Lisboa**

Av. Prof. Aníbal de Bettencourt, 9
1600-189 Lisboa – Portugal
Telef. 21 780 4700 – Fax 21 794 0274

www.ics.ulisboa.pt/imprensa
E-mail: imprensa@ics.ul.pt

Instituto de Ciências Sociais – Catalogação na Publicação

Democracia em Portugal 2022 – Caderno do Observatório da Qualidade da Democracia
org. Marcelo Camerlo, David Pimenta, João Gabriel de Lima, Lúcio Hanenberg. – Lisboa:

Imprensa de Ciências Sociais, 2023.

Coleção Observatórios

CDU 321.7

978-972-671-742-3; PDF 978-972-671-743-0



© Instituto de Ciências Sociais, 2023

Capa: Mariana do Vale

Projeto gráfico: Rui Rasquinho

Revisão: António Rodrigues

Impressão e acabamento: Gráfica Manuel Barbosa & Filhos, Lda.

Depósito legal: 513710/23

1.ª edição: Abril de 2023

Índice

Autores e organizadores	15
-------------------------------	----

VOZES

Dez perguntas sobre a qualidade democrática

Entrevista a Leonardo Morlino

Pellegrino Cammino	25
--------------------------	----

O Observatório da Qualidade da Democracia: uma plataforma para o diálogo. Entrevista a Marina Costa Lobo

João Gabriel de Lima	35
----------------------------	----

TRANSVERSALIDADES

ATORES, INSTITUIÇÕES E COMPORTAMENTOS

CAPÍTULO 1 | O regresso das autocracias

António Costa Pinto	45
---------------------------	----

CAPÍTULO 2 | O III governo de António Costa: partidarização e especialização da elite ministerial

André Paris e Pedro Silveira	61
------------------------------------	----

CAPÍTULO 3 | André Ventura, o Chega e o populismo irregular

David Pimenta, Eduardo Gonçalves e José Pedro Zúquete	69
---	----

CAPÍTULO 4 Repensando a representação democrática de interesses do mundo laboral	
Raquel Rego	77
CAPÍTULO 5 Na rota do ódio: um estudo dos comentários sobre política nas redes sociais	
Susana Salgado	83
CAPÍTULO 6 Democracia deliberativa em Portugal: aprendendo com a primeira edição do Conselho de Cidadãos de Lisboa	
Roberto Falanga	89
CAPÍTULO 7 Novos atores políticos, velhas lutas simbólicas	
Filipa Raimundo	105
O MELHOR, O PIOR E O QUE ESTÁ PARA VIR A ANÁLISE DOS POLITÓLOGOS	
CAPÍTULO 8 Descentralização: um ruidoso silêncio e uma silenciosa reforma	
Filipe Teles	115
CAPÍTULO 9 O ano da maioria absoluta: oportunidades e desafios	
Marco Lisi	119
CAPÍTULO 10 Portugal e as suas escolhas	
Luís Lobo-Fernandes	123
CAPÍTULO 11 Os arautos do futuro? Jovens, participação política e democracia em Portugal	
Conceição Pequito Teixeira	127
CAPÍTULO 12 Na bússola da política externa	
Bruno Cardoso Reis	135
CAPÍTULO 13 O sistema partidário em 2022: estabilidade ou mudança?	
Carlos Jalali	139

CAPÍTULO 14 A clareza da sociedade e a ambiguidade do governo face à guerra da Ucrânia	
Madalena Meyer Resende	143
CAPÍTULO 15 A (des)proteção dos direitos humanos em Portugal	
Daniela Nascimento	147
CAPÍTULO 16 Europa, antecâmara da democracia portuguesa?	
Sandrina Antunes	151
CAPÍTULO 17 O estado da democracia portuguesa no rescaldo da pandemia	
Ana Maria Belchior	155
CIÊNCIA POLÍTICA À PORTUGUESA	
MEDIA, ACADEMIA, JOVENS	
CAPÍTULO 18 Politólogos na imprensa escrita	
David Pimenta e Lúcio Hanenberg	165
CAPÍTULO 19 A produção académica em Portugal	
Nelson Santos e Hugo Ferrinho Lopes	171
CAPÍTULO 20 Uma visão dos mais jovens	
David Pimenta e Lúcio Hanenberg	183
Referências bibliográficas	189

Índice de figuras e gráficos

Figuras

2.1	Graus de ligação ao partido	63
2.2	Partidarização vs. especialização (1999-2022)	65
6.1	Mudança de opinião	98
6.2	Tolerância, escuta ativa e capacidade de diálogo	98
6.3	Concordância com as propostas finais	99
6.4	Eficácia das dinâmicas	99
6.5	Utilidade, clareza e suficiência da informação facultada	100
6.6	Satisfação	100
17.1	Percentagem de apoio a diferentes sistemas políticos enquanto melhor forma de governar o país	157
17.2	Percentagem de apoio a sistemas políticos autoritários enquanto melhor forma de governar Portugal, por grupo etário	157
17.3	Índice de democracia na Europa Ocidental e em Portugal	159
17.4	Evolução das categorias do índice de democracia em Portugal	160
19.1	Número de artigos por instituição	174
19.2	Artigos por instituição e quartil	175
19.3	Percentil médio das publicações, por instituição	176
19.4	Colaboração entre pares: número de autores por artigo	177
19.5	<i>Performance</i> qualitativa da produção: artigos por número de autores e quartil	178
19.6	Diferenças de género: artigos por tipo de autores	178
19.7	Artigos publicados, por temática	180
19.8	Produção institucional, por temática	181
20.1	Cartazes políticos integrando os ODS	184
20.2	Inquérito político	186

Gráficos

7.1/7.5	Número de condecorados com a Ordem da Liberdade, por ano e por presidente	108
7.6	Distribuição dos condecorados portugueses com a Ordem da Liberdade, por presidente, em função do seu perfil antes do 25 de Abril	109
11.1	Participação eleitoral em Portugal, por gerações (2022)	130
11.2	Importância atribuída ao exercício do voto em Portugal, por gerações (2022)	130
11.3	Satisfação com o funcionamento da democracia em Portugal, por gerações (2022)	131
11.4	Apoio difuso à democracia enquanto regime político, por gerações (2022)	132
11.5	Apoio ao governo de um líder forte em Portugal, por gerações (2022)	132
11.6	Apoio a um governo de peritos independentes em Portugal, por gerações (2022)	133
18.1	Percentagem de artigos analisados por jornal	167
18.2	Percentagem de artigos de opinião por instituição analisada	168
18.3	Tema do artigo em bloco nacional vs. internacional	168
18.4	Distribuição de artigos por sexo	169

AUTORES E ORGANIZADORES

Ana Maria Belchior é doutorada em Ciência Política e professora associada do Departamento de Ciência Política e Políticas Públicas do Iscte-IUL e investigadora do CIES-IUL. É também coordenadora do mestrado em Ciência Política no Iscte-IUL. Tem estado envolvida em diversos projetos de investigação relacionados com os temas da democracia, participação política, representação, promessas eleitorais e tomada de decisão política. Publicou os resultados das suas pesquisas em diversas revistas nacionais e internacionais (*Comparative Political Studies*, *International Political Science Review*, *Party Politics*, *South European Society and Politics* ou no *Journal of Legislative Studies*) e em livros e capítulos de livros.

André Paris é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e membro da equipa portuguesa do South European Governments project. Licenciado e mestre em Ciência Política pelo ISCSP-UL, foi investigador visitante no Instituto Carlos III - Juan March de Ciências Sociais (ICJM) da Universidade Carlos III, Madrid entre abril e julho de 2022. Tem como principais interesses de investigação os processos de democratização, os legados autoritários, a direita partidária e os governos e perfis ministeriais em Portugal e na Europa do Sul.

António Costa Pinto é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professor catedrático de Ciência Política na Universidade Lusófona. Doutorou-se pelo Instituto Universitário

Europeu (1992, Florença) e agregado pelo Iscte-IUL (1999), foi professor convidado na Universidade de Stanford (1993) e Georgetown (2004) e investigador visitante na Universidade de Princeton (1996), na Universidade da Califórnia-Berkeley (2000 e 2010) e na Universidade de Nova Iorque (2017). Foi presidente da Associação Portuguesa de Ciência Política. Publicou e coorganizou recentemente o *Oxford Handbook of Portuguese Politics* (2022) e o livro *Portugal Since the 2008 Economic Crisis Resilience and Change* (2023).

Bruno Cardoso Reis é doutorado em War Studies pelo King's College. É subdiretor do Centro de Estudos Internacionais do Iscte-IUL e assessor convidado do Instituto da Defesa Nacional, tendo feito parte do grupo de trabalho de revisão do Conceito Estratégico de Defesa Nacional. É investigador associado do M. Howard Center for the History of War, King's College, Reino Unido. É um dos autores do *Oxford Handbook of European Defence Policies*, publicado em 2018.

Carlos Jalali é professor associado com agregação na Universidade de Aveiro, onde dirige o programa doutoral UA-UBI em Ciência Política e coordena a unidade de investigação em Governança, Competitividade e Políticas Públicas. É autor de diversos artigos e capítulos em revistas científicas e livros nacionais e internacionais, incluindo o ensaio *Partidos e Sistemas Partidários* (Fundação Francisco Manuel dos Santos).

Conceição Pequito Teixeira é doutorada pelo ISCSP-UL, professora auxiliar no ISCSP-UL, investigadora integrada no CAPP-ISCSP e investigadora convidada no CIES-Iscte. A sua investigação tem incidido no estudo da democracia, partidos e sistemas de partidos; sistemas eleitorais, recrutamento parlamentar e representação política e ainda nas atitudes e comportamentos político dos cidadãos. É *Political Science Research Lead* na TippingUp.

Daniela Nascimento é doutorada em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Universidade de Coimbra, mestre em Direitos Humanos e Democratização pelo Centro Europeu Inter-Universitário de Direitos Humanos e Democratização de Veneza e licenciada em Relações Internacionais pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. É investigadora do Centro de Estudos Sociais,

integrando a Linha Temática Democracia, Justiça e Direitos Humanos, e professora associada no Núcleo de Relações Internacionais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

David Pimenta é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolsheiro de investigação em Ciência Política na Fundação para a Ciência e a Tecnologia. É investigador no Observatório da Qualidade da Democracia e editor no *Politikon - LAPSS Journal of Political Science*. Anteriormente ocupou diversas funções de gestão em várias organizações. O seu trabalho de investigação atual centra-se em política comparada, nacionalismo e conflitos étnicos.

Eduardo Gonçalves é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolsheiro de investigação em Ciência Política na Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto «*(The Matrix of) Populist and Denialist Attitudes towards Science*». A sua investigação centra-se nos temas de política comparada, populismo e movimentos sociais.

Filipa Raimundo é investigadora no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e professora auxiliar no Iscte-IUL. Doutorada em Ciências Políticas e Sociais pelo Instituto Universitário Europeu, mestre em Política Comparada pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e licenciada em Sociologia, pela Universidade Nova de Lisboa. Foi investigadora e professora convidada no Departamento de Direito, Economia e Governo da Universidade de Utrecht e assistente de investigação no Centro de Estudos Avançados do Instituto Universitário Europeu de Florença. Para além disso, foi investigadora visitante na Universidade de São Paulo, na Universidade de Califórnia em Berkeley, e no Instituto Juan March em Madrid.

Filipe Teles é professor de Ciência Política no Departamento de Ciências Sociais, Políticas e do Território da Universidade de Aveiro e pro-reitor para o desenvolvimento regional e política de cidades. Atual presidente da European Urban Research Association, membro do Steering Committee do Standing Group on Local Government and Politics do ECPR e coordenador da secção de Governação Local

da Associação Portuguesa de Ciência Política. É, também, um dos editores da série Palgrave Studies in Sub-National Governance. Autor de vários livros e artigos científicos, é consultor de diversas instituições internacionais no domínio da governação local.

Hugo Ferrinho Lopes é bolseiro de doutoramento FCT em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e investigador do Observatório da Qualidade da Democracia. É também investigador associado do Observatório Político e colaborador do Observatório Permanente da Juventude e do PRAXIS-UBI. Os seus interesses de investigação compreendem as instituições políticas (em particular, partidos políticos), representação política, atitudes e comportamentos políticos e juventude na política. Tem publicado em revistas científicas como a *International Political Science Review*, *Transfer: European Review of Labour and Research* e na *West European Politics*. É coautor de *A Participação dos Jovens nos Municípios e os Conselhos Municipais da Juventude* (AEDREL, no prelo).

João Gabriel de Lima é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e investigador no Observatório da Qualidade da Democracia. É mestre em jornalismo, colaborador da revista *Piauí*, do jornal *O Estado de São Paulo* e da rádio *Nova Brasil*, além de professor na Fundação Armando Álvares Penteado (FAAP). Os seus principais interesses de investigação são o debate público nas democracias, a participação política da sociedade civil e as diversas formas do autoritarismo contemporâneo. É autor de *O Burlador de Sevilha* (Companhia das Letras/São Paulo e Temas e Debates/Lisboa) e *Carnaval* (Editora Objetiva/Rio de Janeiro).

José Pedro Zúquete é investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. A sua pesquisa concentra-se principalmente em política comparada, movimentos sociais e extremismo. Os seus livros anteriores incluem o *Routledge International Handbook of Charisma* (ed., Routledge, 2021).

Lúcio Hanenberg é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e bolseiro de doutoramento da Fundação para a Ciência e a Tecnologia. Mestre em Ciência

Política e Relações Internacionais pela Universidade Nova de Lisboa, onde também concluiu a licenciatura. Investigador do Observatório da Qualidade da Democracia, os seus principais interesses de investigação focam-se na competição partidária face a legados autoritários, assim como na polarização.

Luís Lobo-Fernandes é doutorado pela University of Cincinnati (1995). Professor catedrático (aposentado) de Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade do Minho, titular da cátedra internacional Jean Monnet de Integração Política Europeia desde 2004. Antigo Fulbright scholar na The Henry M. Jackson School of International Studies – University of Washington, Seattle, e Calouste Gulbenkian fellow na School of Advanced International Studies (SAIS) – Johns Hopkins University, Washington DC.

Madalena Meyer Resende é investigadora do IPRI-UNL e professora auxiliar convidada no Departamento de Estudos Políticos da Universidade Nova de Lisboa. É doutorada em Ciência Política pelo Departamento de Governo da London School of Economics. Lecionou no Colégio da Europa de Natolin em Varsóvia e foi Gulbenkian Research Fellow no Center for European Policy Studies em Bruxelas. A sua área de investigação é a Política Europeia Comparada com principal foco na Europa Central e Oriental. É autora de *The Unintended Effects of Europe on Central and Eastern European Party Systems: Poland and Beyond* (2009) e de *Catholicism and Nationalism, Changing Nature of Party Politics* (2014).

Marcelo Camerlo é doutorado em Ciência Política pela Universidade de Florença e investigador principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Coordena os projetos de investigação «The Presidential Cabinets Project»; «The South European Governments Project»; e «Ciência Política à Portuguesa». É coordenador dos programas de estudos RSCool e METODICS, do Programme Director of EuroSud Erasmus Mundus International Master e do Observatório da Qualidade da Democracia do ICS-IUL.

Marco Lisi é professor associado com agregação no Departamento de Estudos Políticos da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa, onde coordena a pós-graduação em Política e Cidadania Digital. É também investigador no IPRI-NOVA e membro do Conselho de Redação da revista *Relações Internacionais*. Os seus principais interesses de investigação são os partidos políticos, eleições, grupos de interesse, representação política e campanhas eleitorais, sobre os quais tem publicado vários artigos em revistas nacionais e internacionais. Participou em vários projetos nacionais e internacionais e a sua obra mais recente intitula-se *Partidos em Tempo de Crise* (Edições Sílabo, 2022).

Nelson Santos é doutorando em Política Comparada no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. O seu doutoramento debruça-se sobre a politização da União Europeia nos parlamentos nacionais, e é realizada no âmbito do projeto ERC MAPLE - Measuring the Politicization of the European Union. Os seus interesses de investigação compreendem a União Europeia, partidos políticos da esquerda radical e métodos computacionais aplicados às ciências sociais.

Pedro Silveira é professor auxiliar na Universidade da Beira Interior, investigador do Praxis-Ubi e do IPRI-NOVA e doutorou-se em Ciência Política na Universidade Nova de Lisboa. Os seus interesses de investigação incluem as elites políticas, o governo e a liderança política.

Pellegrino Cammino é investigador no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde trabalha como research and innovation officer. É doutorado em Política Comparada Europeia pela Universidade de Siena.

Raquel Rego é doutorada em sociologia pela Université Lille 1 (França) e, simultaneamente, pelo Iscte-IUL (2007), e pós-graduada em análise de dados em ciências sociais pelo Iscte-IUL (2021). Atualmente é investigadora auxiliar do ICS-ULisboa, leciona no programa interuniversitário em sociologia, OpenSoc, e no programa de doutoramento em Política Comparada e Relações Internacionais do ICS-ULisboa. Coordenou o projeto «REP – Representatividade dos parceiros sociais e o impacto na governança económica», financiado

pela FCT (2018-2022), e a edição do livro *The Representation of Workers in the Digital Era - Organizing a Heterogeneous Workforce* (Palgrave Macmillan 2022).

Roberto Falanga é investigador auxiliar no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Doutorado pela Universidade de Coimbra em «Democracia no Século XXI» em 2013 e, nos últimos anos, tem vindo a investigar as múltiplas vertentes da participação cívica na tomada de decisão. Destacam-se os seus contributos sobre orçamentos participativos, planeamento participativo, bem como monitorização e avaliação de processos participativos. Colabora com várias entidades públicas no desenho, realização e avaliação de iniciativas de envolvimento da sociedade civil. É membro de projetos nacionais e internacionais sobre temas relacionados com a participação cívica e atualmente lidera, no ICS-UL, dois projetos financiados pela Comissão Europeia sobre democracia participativa e deliberativa para objetivos sustentáveis. Coordena várias unidades curriculares em cursos de pós-graduação e é membro do conselho científico do programa de doutoramento em Estudos de Desenvolvimento na Universidade de Lisboa.

Sandrina Antunes é doutorada em Ciência Política pela Université Libre de Bruxelles, sendo *scientific fellow* desta instituição, e é professora auxiliar no Departamento de Ciência Política da Universidade do Minho. Colaborou com o Committee of the Regions e com a Assembleia das Regiões Europeias. Os seus interesses de investigação encontram-se na interseção da Ciência Política e dos Estudos Europeus. O seu trabalho científico foca-se sobretudo em movimentos regionalistas e nacionalistas na Europa.

Susana Salgado é investigadora principal no Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (2020.04070.CEECIND/CP1615/CT0007). Coordena projetos de investigação, ensina e publica sobre comunicação política e temas diretamente relacionados como desinformação, o ódio e o extremismo *online*, polarização política, populismo, participação política, democracia e *media*.

CAPÍTULO 19

A produção académica em Portugal¹

O estudo sistemático da história das ciências sociais e, mais concretamente, da Ciência Política (CP), tornou-se um empreendimento relevante que permite mapear e entender a sua história, identificar as suas características presentes e retirar ilações para o futuro (Easton, Gunnell e Graziano 1991; Finiter 1983; Lasswell 2017; Schram e Caterino 2006). Dada a sua importância, o estudo da historiografia da disciplina foi considerado como um fim em si mesmo, como a criação do comité (International Committee for the Study of the Development of Political Science) dedicado ao seu estudo na Associação Internacional de Ciência Política (IPSA) atesta. No plano nacional, diversos autores têm contribuído para este debate através do estudo da evolução e consolidação da CP em Portugal (Camerlo e Terra 2018; Lopes *et al.* 2023; Stock 1991; Vaz-Pinto *et al.* 2015).

Um dos aspetos sobre o qual o estudo da disciplina se tem debruçado centra-se na análise da sua produção e consequente publicação, dissecando, nomeadamente, o perfil dos autores (Bettecken *et al.* 2022; Ghica 2021). O estudo da disciplina relativamente ao caso português tem acompanhado a literatura internacional, debruçando-se sobre as

¹ Este trabalho enquadra-se no projeto Ciência Política à Portuguesa, coordenado por Marcelo Camerlo.

diferentes características da produção científica, com um foco especial na sua autoria (Camerlo e Terra 2018; Cancela, Coelho e Ruivo 2014). Mais recentemente, alguns contributos sobre o caso português complementaram tais abordagens com a discriminação de instituições universitárias e de investigação numa perspetiva longitudinal (Camerlo e Terra 2018; Lopes *et al.* 2023), tal como outros autores o fizeram noutras geografias (Allen e Heath 2013; Sharman e Weller 2009).

Partindo dos mais recentes contributos do caso português, este capítulo procura descrever e analisar a produção académica das diferentes instituições portuguesas. Tal como os estudos anteriores, debruça-se sobre as características dos autores e correspondentes afiliações institucionais. Não obstante, procura dar um novo contributo para a literatura ao examinar o conteúdo e diferentes índices de qualidade da produção. Apesar da produção académica e científica poder adotar diversas formas, nesta análise foram somente considerados artigos publicados em revistas indexadas na plataforma Scopus. Desta forma, foram excluídos outros géneros de produção académica tais como artigos publicados em revistas não indexadas na plataforma em questão, capítulos e organização de livros, organização de números temáticos, atas de conferências, relatórios técnicos, entre outros.

O presente capítulo foca-se unicamente no ano de 2022, sendo que a extração dos dados teve lugar a 18 de novembro desse ano. Assim sendo, toda a produção académica disponibilizada na plataforma Scopus após a data indicada não é aqui considerada. Foram selecionados todos os artigos científicos publicados em revistas indexadas cuja melhor classificação é em uma das seguintes categorias: *Political Science and International Relations* ou *Sociology and Political Science*. Do universo de artigos referido, consideram-se somente aqueles em que pelo menos um dos autores apresenta afiliação principal, à data de publicação, numa instituição portuguesa (172 artigos). Posteriormente, procede-se a uma análise manual com o intuito de excluir todos os artigos cujo assunto principal não esteja relacionado com a Ciência Política (82 artigos).² Por fim, procede-se a diversas análises (tanto manuais como através de métodos automatizados) cujos resultados são apresentados em seguida.

² Os autores agradecem o contributo de Lúcio Hanenberg pela codificação manual de algumas variáveis exploradas neste capítulo.

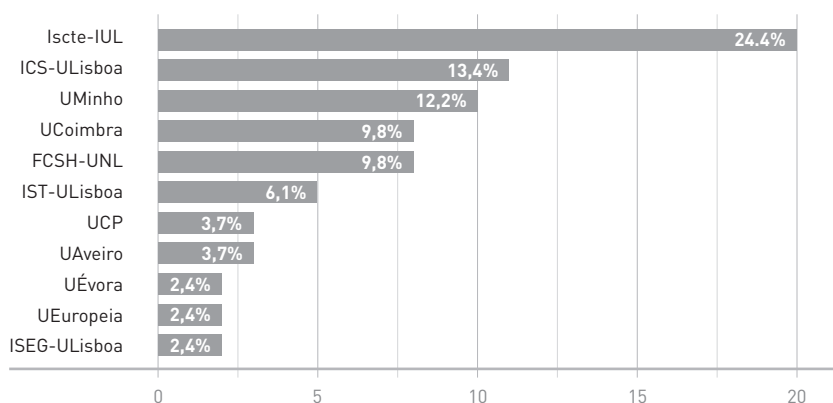
ARTIGOS CIENTÍFICOS E INSTITUIÇÕES ACADÉMICAS

Na figura 19.1 pode observar-se o número absoluto e relativo de artigos científicos publicados por instituição. As universidades públicas das duas áreas metropolitanas (Lisboa e Porto) são desagregadas ao nível das suas faculdades/escolas. Em 2022, até à data da extração dos dados, foram publicados 82 artigos na área de Ciência Política. Como já reportado em trabalhos anteriores (Camerlo e Terra 2018; Lopes *et al.* 2023), a larga maioria dos artigos publicados em CP em Portugal pertence a um pequeno número de instituições públicas do litoral urbano. As únicas instituições que não pertencem ao eixo litoral urbano (Universidade de Évora) ou ao setor público (Universidade Católica Portuguesa e Universidade Europeia) representam somente 8,5% (7 artigos) do total da produção académica. Pelo contrário, aproximadamente metade dos artigos publicados foram realizados por investigadores afiliados em uma de três instituições: Iscte-IUL, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS-ULisboa) ou Universidade do Minho (UMinho). Se em conjunto com estas instituições considerarmos adicionalmente a Universidade de Coimbra (UCoimbra) e a Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (FCSH-UNL), estas cinco universidades são responsáveis por cerca de 70% de todos os artigos publicados. Em suma, a esmagadora maioria da produção portuguesa em Ciência Política no ano de 2022 centrou-se, em primeiro lugar, em Lisboa, seguida de Braga e Coimbra.

No extremo oposto, verifica-se a existência de várias instituições públicas e privadas que, apesar de disporem de oferta formativa e, conseqüentemente, de recursos humanos em CP e áreas adjacentes, não alcançam a publicação de dois artigos científicos em revistas indexadas como as instituições presentes na figura 19.1. Neste grupo encontram-se instituições como a Universidade Aberta, Autónoma de Lisboa, Lusófona, Universidade do Porto, a Universidade da Beira Interior ou o ISCSP-ULisboa. É importante assinalar a presença do ISCSP-ULisboa neste último grupo de instituições: apesar do papel central desta instituição nos primórdios e na subsequente institucionalização da Ciência Política em Portugal (Moreira 2007, 316–317), a sua relevância atual na produção académica aqui analisada é residual. Estes dados parecem confirmar o padrão já anteriormente verificado

em análises longitudinais (Lopes *et al.* 2023) onde o ISCSP-ULisboa, apesar da sua relevância história, apresenta níveis de produção académica inferiores a instituições que não possuem oferta formativa específica em Ciência Política (ex. ISEG-ULisboa). Contudo, é importante assinalar diferenças significativas no número de recursos humanos entre instituições académicas, sendo que este fator certamente explicará parte importante das diferenças verificadas na produção académica.

Figura 19.1 | Número de artigos por instituição

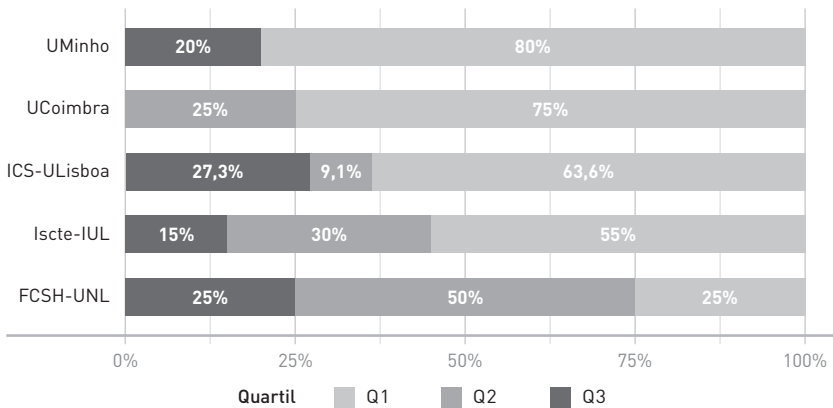


Considerando o *ranking* das revistas científicas nas quais os artigos são publicados, verifica-se que a larga maioria das publicações (64,6%) ocorre em revistas classificadas no primeiro quartil (Q1). Os restantes artigos publicados em 2022 foram publicados em revistas do segundo (23,2%) e terceiro (12,2%) quartis. Por último, nenhum artigo foi publicado em revistas no quarto quartil (dados não mostrados). Em suma, a esmagadora maioria dos artigos científicos produzidos pela academia portuguesa em Ciência Política são publicados em revistas científicas com um impacto relevante na comunidade académica desta área disciplinar.

Cruzando a produção científica das cinco instituições portuguesas que apresentam o maior número de publicações e o quartil das revistas em que tais artigos foram publicados, obtemos a figura 19.2. Estes resultados parecem sugerir, como já verificado em estudos prévios (Lopes *et al.* 2023), que não existe uma relação linear entre o

número de artigos publicados e a sua qualidade (medida através do quartil das revistas em que são publicados). Apesar de o Iscte-IUL se distinguir no número de artigos que publicou em 2022 (quase o dobro do ICS-ULisboa, que surge em segundo lugar), é a Universidade do Minho, seguida da Universidade de Coimbra, que publicaram uma maior proporção dos seus artigos em revistas de primeiro quartil. A diferença na proporção de artigos publicados em revistas de primeiro quartil entre estas duas instituições (UMinho e UCoimbra) e as restantes instituições presentes na figura 19.2 é bastante significativa. Por último, quatro das cinco instituições apresentadas conseguiram publicar a maioria dos seus artigos em revistas do primeiro quartil, com a exceção da FCSH-UNL.

Figura 19.2 | Artigos por instituição e quartil

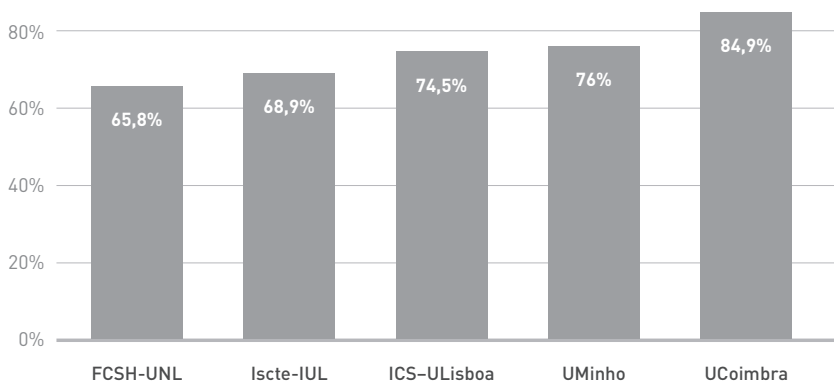


Sendo a grande maioria dos artigos publicados em revistas do primeiro quartil, a figura 19.3 apresenta o percentil médio³ das revistas nas quais os artigos são publicados (na base de dados Scopus). Este indicador permite-nos proceder com uma diferente leitura da estrutura de publicação de cada instituição quando comparado com a figura 19.2. Em geral, a posição relativa de cada instituição mantém-se inalterada, à exceção das Universidades do Minho e de Coimbra

³ O percentil em que a revista se situa no *ranking* traduz a sua importância e impacto na comunidade académica. Quando maior o percentil médio de determinada revista, maior a relevância e qualidade associada a essa revista.

que invertem a sua posição. Adicionalmente, a Figura 19.3 permite-nos identificar 3 grupos. O primeiro é constituído pela Universidade de Coimbra que se destaca das restantes pela elevada capacidade de publicar, em média, nas revistas com maior impacto na comunidade académica. O segundo grupo é constituído pela Universidade do Minho e pelo ICS-ULisboa que, apesar de apresentarem um índice mais próximo do grupo que se lhes segue, são instituições que se caracterizam igualmente por publicarem em revistas com um considerável impacto na comunidade académica. Por último, o Iscte-IUL e a FCSH-UNL, apesar do seu elevado grau de qualidade na publicação académica, as respetivas publicações são, em média, em revistas académicas que se situam na linha de corte entre o primeiro e o segundo terço (33%) no *ranking* de qualidade e impacto das mesmas. Em suma, as cinco instituições portuguesas responsáveis pela autoria da maior parte (69,6%) dos artigos científicos de CP em Portugal conseguem publicar a esmagadora maioria da sua obra em revistas de elevado impacto académico, como pode ser confirmado igualmente pelas figuras 19.2 e 19.3.

Figura 19.3 | Percentil médio das publicações, por instituição

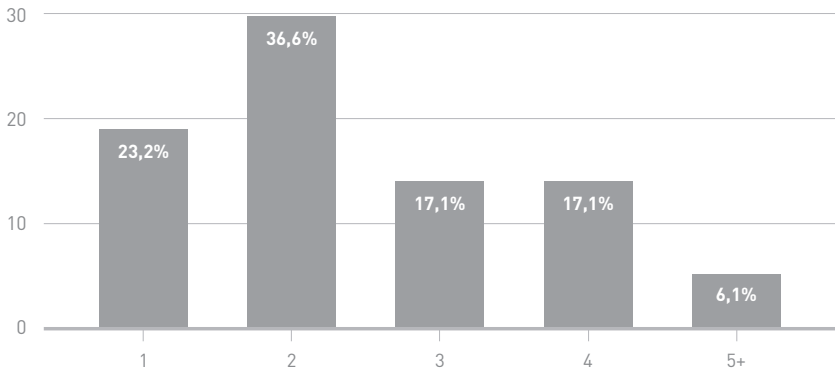


AUTORES, COLABORAÇÕES E GÉNERO

Após identificadas as instituições académicas responsáveis pela produção académica em CP e a sua distribuição, esta secção pretende

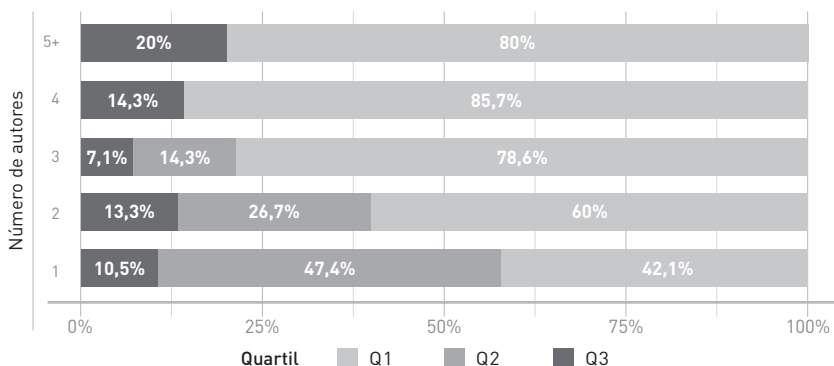
compreender as principais características dos autores, nomeadamente a ausência ou existência de colaborações e a distribuição por género. Na figura 19.4 podemos verificar que, em 2022, a maioria dos artigos (36,6%) são elaborados por dois autores, sendo que aqueles elaborados por um único autor configuram a segunda modalidade mais recorrente (23,2%). Como demonstrado por outros autores (Lopes *et al.* 2023), 2020 foi o primeiro ano na história da CP portuguesa em que a maioria relativa da produção académica não foi executada por um autor individual. Sendo que este facto se mantém verdadeiro no ano de 2022 e que a diferença é significativa, poderemos especular que a produção académica em CP presente e futura será realizada, maioritariamente, através da cooperação entre pares.

Figura 19.4 | Colaboração entre pares: número de autores por artigo



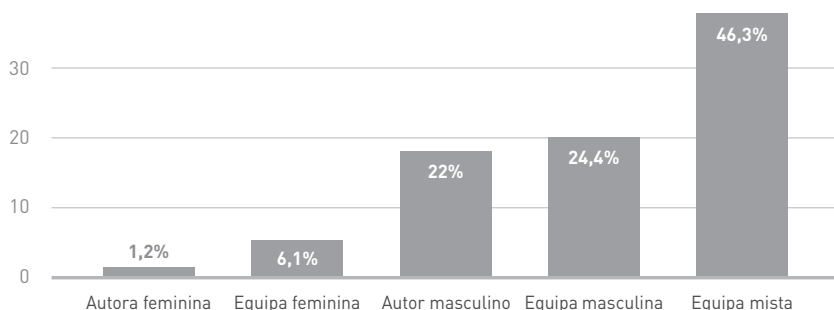
Com o objetivo de descrever a relação entre a colaboração entre pares e o padrão de publicação, a figura 19.5 cruza o número de autores e o quartil das revistas em que cada artigo foi publicado. Uma correlação positiva entre o número de autores e a percentagem de artigos publicados em revistas no primeiro quartil emerge de forma clara. Apesar de se verificar um aumento muito significativo na proporção de artigos publicados em revistas no primeiro quartil à medida que os artigos são elaborados por dois e três autores, em detrimento de um único autor, essa diferença deixa de ser tão significativa a partir desse limiar. Em suma, as colaborações entre autores parecem possibilitar a publicação, numa proporção superior, em revistas científicas com maior impacto junto da comunidade académica.

Figura 19.5 | *Performance* qualitativa da produção: artigos por número de autores e quartil (%)



A figura 19.6 cruza o número e o género dos autores. Anteriormente verificou-se que apenas 23,2% dos artigos foram produzidos por um único autor. Desse universo, 95% (22% do total) foram elaborados por homens, enquanto apenas 5% (1,2% do total) foram realizados unicamente por mulheres, verificando-se um enorme desequilíbrio de género. Contudo, a colaboração entre pares é a regra na autoria da maioria dos artigos em causa (76,8% - figura 19.4). A maioria dessas colaborações (60,3%; 46,3% do total) agrega autores de ambos os géneros. No entanto, a sub-representação do género feminino verifica-se novamente: enquanto 31,7% (22% do total) são equipas constituídas unicamente por autores do género masculino, apenas 7,9% (6,1% do total) são equipas exclusivamente femininas. Em suma, ainda existe um longo caminho a percorrer em direção à igualdade de género na academia portuguesa na área de CP e, subsequentemente, na produção académica.

Figura 19.6 | Diferenças de género: artigos por tipo de autores



TEMAS DE ESTUDO

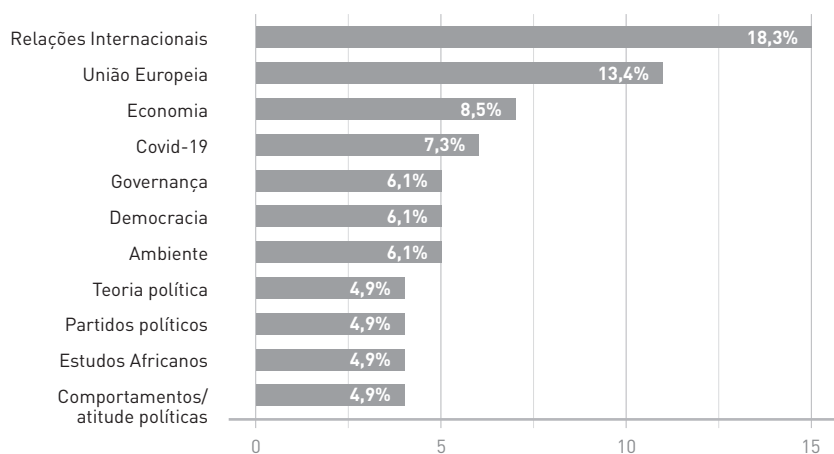
Esta secção procura analisar quais os tópicos abordados nos artigos científicos na área de CP acima identificados. Ao contrário de estudos anteriores que partem de uma estrutura pré-definida de sub-áreas da disciplina ou tópicos (Camerlo e Terra 2018; Cancela, Coelho, e Ruivo 2014), uma abordagem indutiva foi utilizada neste capítulo, sendo codificados os principais tópicos/sub-áreas tratados(as) em cada artigo, sendo que vários artigos foram codificados em mais do que uma categoria, não sendo as mesmas exclusivas. Desta análise resulta a figura 19.7.

A figura 19.7 sugere que uma proporção significativa dos artigos em Ciência Política estão diretamente relacionados com uma das suas sub-áreas (ou área adjacente), nomeadamente as Relações Internacionais (18,3%). Tal resultado surge num contexto onde mais de metade da oferta formativa em Portugal na área de Ciência Política no 1.º ciclo do ensino superior está diretamente interligada com o ensino das Relações Internacionais (15 em 27 licenciaturas)⁴. Em segundo lugar, verifica-se que 13,4% dos artigos científicos consideram a União Europeia, sendo que as abordagens utilizadas são diversas. Dada a crescente importância e capacidade soberana da União Europeia, bem como as recentes crises que sobre si se abateram e respetivas consequências para Portugal (crise da zona euro), a importância deste tópico na Ciência Política portuguesa não causará certamente estranheza. Em terceiro lugar, verifica-se também a relevância de temas relacionados com as ciências económicas (8,5%), cujas múltiplas influências na Ciência Política são sobejamente conhecidas, tendo sido já estabelecidas no passado (Sigelman e Goldfarb 2012). Em quarto lugar, 7,3% dos artigos debruçaram-se, direta ou indiretamente, sobre a pandemia (Covid-19), que teve um impacto colossal na sociedade em geral. Por último, os restantes artigos debruçam-se sobre uma vasta variedade de tópicos, muitos dos quais poderão ser considerados como temáticas tradicionais da Ciência Política (democracia, partidos políticos, comportamento eleitoral, entre outras).

⁴ A oferta formativa nos vários níveis do ensino universitário em Portugal pode ser verificada no site da Associação Portuguesa de Ciência Política: <https://www.apcp.pt/>. Consultado a 04/01/2023.

Assim sendo, é significativo que temáticas tradicionais e centrais na CP portuguesa, como «comportamentos e atitudes políticas» - cujos estudos se consolidaram após a criação do programa Comportamento Eleitoral dos Portugueses em 2002 - seja, em 2022, responsável apenas por 4,9% das publicações.⁵

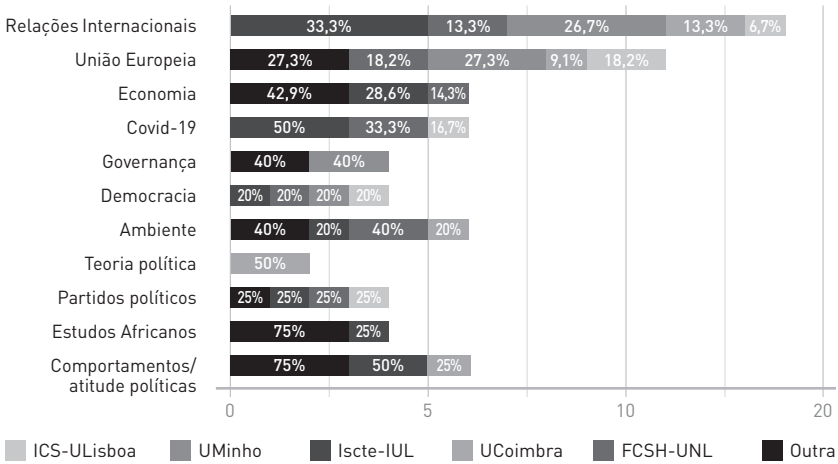
Figura 19.7 | Artigos publicados, por temática



Na figura 19.8 podemos verificar como se relacionam as cinco principais instituições académicas (as que possuem um maior número de artigos publicados em 2022) e os diferentes tópicos abordados na produção académica portuguesa. É importante assinalar que as percentagens poderão ser superiores ou inferiores a 100: não só alguns artigos são elaborados por mais do que um autor pertencente a diferentes instituições, mas também não foi possível identificar em todos os artigos a instituição de afiliação dos autores. Os resultados traduzidos pela figura 19.8 parecem sugerir que não existe qualquer instituição universitária que monopolize ou seja responsável pela maioria da produção de conhecimento científico em determinado tópico ou sub-área de CP. Por outras palavras, nenhum tópico ou sub-área de CP é exclusivamente estudada por uma instituição em particular.

⁵ Ver o site do programa: <https://www.cep.ics.ulisboa.pt/>.

Figura 19.8 | Produção institucional, por temática



CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo procurou descrever a produção de conhecimento na área da Ciência Política em Portugal durante o ano de 2022, focando-se nas características dos autores e respectivas filiações institucionais, bem como no conteúdo e impacto dessas mesmas publicações na comunidade académica. Da análise empírica realizada, assinalamos três conclusões principais.

Em primeiro lugar, um pequeno grupo de instituições públicas do litoral urbano português é responsável pela maioria dos artigos publicados em CP. Destacam-se três em particular: Iscte-IUL, ICS-ULisboa, e Universidade do Minho. Em sentido inverso, apesar da existência de diversas outras instituições com oferta formativa em CP, a capacidade de produção de conhecimento de muitas dessas instituições é praticamente residual, ainda que o mesmo possa ser explicado pela ausência de um número razoável de recursos humanos. Ainda assim, a produção científica em CP em Portugal alcançou, em geral, um elevado nível de qualidade, se considerarmos que 64,6% dos artigos em CP são publicados em revistas classificadas no primeiro quartil. Contudo, as capacidades das instituições universitárias publicaram em revistas classificadas no primeiro quartil são consideravelmente distintas.

Em segundo lugar, considerando as características dos autores, verificou-se que a cooperação entre pares é a modalidade mais recorrente na produção de artigos. Pelo contrário, apenas 23,2% dos artigos são elaborados por um único autor. Os resultados sugerem que a cooperação entre pares possui um impacto na qualidade da produção académica, emergindo uma correlação positiva entre o número de autores e a proporção de artigos publicados em revistas classificadas no primeiro quartil. Contudo, independentemente da cooperação entre pares ou da sua ausência, é notório um claro desequilíbrio de género, existindo ainda um longo caminho a percorrer até se alcançar um nível próximo da paridade.

Em terceiro, analisando as temáticas mais abordadas pela CP portuguesa, verifica-se que as Relações Internacionais constituem uma importante sub-área na investigação académica (18,3%), sendo que a oferta formativa nesta sub-área (ou área adjacente à CP) se encontra bastante disseminada no contexto português. A União Europeia (13,4%), seguida das ciências económicas (8,5%), ocupam os lugares seguintes dos temas mais abordados. Não obstante, de um modo geral, nenhuma instituição portuguesa parece monopolizar a produção de conhecimento em quaisquer tópicos em CP.

Para terminar, o presente capítulo procurou contribuir para o debate em causa através da realização de um pequeno retrato da produção de conhecimento na CP em Portugal, focando-se no ano de 2022. No entanto, algumas questões relevantes ficam por responder, tais como: 1) quais as instituições portuguesas cujo conhecimento produzido tem um maior impacto na comunidade académica, aferido, por exemplo, através do número de citações de cada artigo; 2) qual o impacto da progressão na carreira e situação profissional na produção de conhecimento; 3) qual o efeito da obtenção de projetos de investigação e correspondente financiamento na qualidade da produção científica; 4) qual o envolvimento entre as instituições e a sociedade civil, medido, por exemplo, através da organização de atividades de divulgação. Futuros contributos são, portanto, necessários para responder a estas e outras questões que nos permitirão compreender melhor o estado atual da Ciência Política portuguesa.

David Pimenta e Lúcio Hanenberg

CAPÍTULO 20

Uma visão dos mais jovens¹

No ano de 2022, o Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (ICS) participou mais uma vez no programa Ciência Viva no Laboratório – Ocupação Científica de Jovens nas Férias, promovido pela Agência Ciência Viva. Trata-se de um tipo de iniciativa com histórico no ICS, considerando que os estágios para jovens estudantes no ICS tiveram início em 2004 com o Observatório Permanente de Escolas (entretanto integrado no Observatório Permanente da Juventude).

Na edição deste ano, o Observatório da Qualidade da Democracia (OQD) foi um dos grupos de investigação do ICS selecionado para proporcionar aos estudantes do 9.º ano do Ensino Básico e do Ensino Secundário uma oportunidade de aproximação à realidade da investigação científica, procurando contribuir para os projetos escolares e profissionais futuros de cada estagiário. Neste sentido, os investigadores do OQD desenharam um plano de estágio com linguagem, conteúdo e informação direcionada para acolher nove estudantes estagiários, com idades compreendidas entre os 14 e os 17 anos.

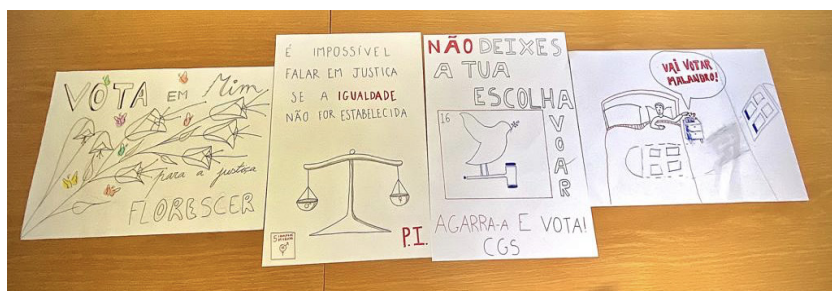
O estágio organizado pelo OQD decorreu no dia 19 de julho, nas instalações do ICS, e compreendeu dois blocos de atividade, repartidos pela manhã e pela tarde desse dia.

¹ Trabalho realizado com o apoio financeiro da FCT e UE, relativo à bolsa de investigação para doutoramento UI/BD/153726/2022.

Durante a manhã foi apresentada uma contextualização sobre a organização e missão do ICS, bem como a presença da disciplina de Ciência Política no Instituto (ao nível do programa de doutoramento e grupos de investigação). Seguidamente, foi apresentado o OQD, enquanto programa de investigação permanente do ICS que promove e organiza projetos focados nas diversas características, no funcionamento e na qualidade dos regimes democráticos. O terceiro ponto da agenda compreendeu uma exploração, na perspetiva da Ciência Política, dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), abarcando temas e problemas tão diversos e importantes como a erradicação da pobreza e da fome, redução das desigualdades sociais, acesso à saúde, à educação, à água e ao saneamento, combate às alterações climáticas e à degradação dos ecossistemas marinhos e terrestres, energia acessível e limpa, reforço da igualdade de género, produção e consumo responsáveis e cidades sustentáveis, novos empregos, acesso à justiça, combate à corrupção e instituições fortes que protejam os bens comuns.

O primeiro bloco incluiu também o exercício prático das seguintes atividades, com o objetivo de compreender a estreita relação do tema da qualidade da democracia com os ODS: identificação e interpretação de mensagens nos *media* que relacionassem a qualidade da democracia com os ODS; e a produção de cartazes políticos integrando mensagens interconectadas de qualidade da democracia com os ODS. Deste modo, os jovens estagiários colocaram em prática os conteúdos apreendidos no sentido da concretização do bom funcionamento das instituições democráticas enquadradas numa sociedade justa.

20.1 | Cartazes políticos integrando os ODS



A sessão da tarde iniciou-se com uma exploração dos principais conceitos da Ciência Política. Partindo das opiniões iniciais dos jovens estagiários, discutiu-se o que realmente é um país democrático, bem como os elementos constituintes de uma democracia. Os estudantes rapidamente apreenderam a dimensão conceptual da democracia e, considerando a pluralidade existente, debateram sobre os diferentes tipos de democracias partindo de exemplos como os Estados Unidos da América e Portugal, acabando por saber diferenciar componentes mínimas e máximas de uma democracia.

Sempre dialogando no âmbito da transmissão de conhecimento político essencial para a formação de um cidadão pró-ativo (por exemplo, o entendimento sobre os diferentes sistemas eleitorais britânico e português), os alunos demonstraram interesse em perceber as diferenças que existem relativamente às diferentes formas de implementar os mesmos objetivos, em particular dos ODS. Foi também discutido o próprio entendimento dos jovens sobre a realidade política, debatendo-se e explorando-se a diferença entre os vários partidos políticos representados na Assembleia da República e a importância das várias eleições existentes em Portugal. Foi constatado o crescente interesse dos jovens pela importância dada a diferentes eleições dependendo da perspectiva própria, desde as eleições autárquicas às eleições europeias, entrando num debate sobre os vários níveis da política nacional e europeia.

Neste seguimento, foram realizadas análises aos vários índices de qualidade democrática, como o V-DEM e Economist, ou de liberdades, como o do Freedom House. A vontade de perceber a distinção entre os países, mas também entre os vários índices, foi correspondida através da apresentação de diferenças de políticas de inclusão, perceção democrática, participação política, entre outros. Deste modo, foram abordados com os estudantes as implicações de desigualdades, como a desigualdade de género e a sua significância para a política, ou a desigualdade económica.

Considerando os ODS e os contributos da Ciência Política apresentados, os alunos foram desafiados a descrever uma sociedade justa utópica, possibilitando salientar a importância da existência de diferentes opções democráticas através da própria opinião dos participantes, reconhecendo que as várias perspectivas legítimas ao mesmo problema poderão resultar em soluções diferentes para o mesmo objetivo.

Por fim, e na junção dos padrões de investigação científica a uma atividade de interesse para jovens estudantes, os participantes criaram em conjunto um inquérito que pudesse explicar quais as razões de voto num determinado partido. Refletindo sobre a importância das alterações climáticas, tão fulcrais para os ODS, o combate à corrupção ou a desigualdade de género, foi criado um primeiro esboço para uma investigação de Ciência Política. Tendo em conta que nem todos os jovens expressaram interesse em prosseguir os estudos em áreas similares à Ciência Política, transmitiu-se a importância do rigor académico e científico desta atividade, permitindo um melhor entendimento da área de conhecimento e investigação, que se refletiu num maior interesse dos alunos, como se pode constatar no inquérito abaixo.

20.2 | Inquérito político

INQUÉRITO

1. Sexo:
 - Homem
 - Mulher
 - Outro
2. Idade:
 - 18-24
 - 25-34
 - 35+
3. Género:
 - homem
 - mulher
 - outro
4. Situação socioeconómica:
 - alta
 - média
 - baixa
5. Situação de emprego:
 - empregado
 - desempregado
6. Região: _____
7. Religião: _____
8. Opinião sobre o aborto:
 - a favor
 - neutro
 - contra
9. Opinião sobre a igualdade de género:
 - a favor
 - neutro
 - contra
10. Preocupação com questões ambientais:
 - mínima
 - neutra
 - máxima
11. Profissão: _____
12. Os emigrantes devem ter mais expressão:
 - concorda
 - neutro
 - discorda
13. Comunidade LGBTQIA+:
 - sim
 - não
 - neutro
14. Saúde pública:
 - sim
 - não
 - neutro
15. Educação gratuita:
 - sim
 - não
 - neutro
16. Imersão do estado na economia:
 - deve intervir
 - não deve intervir
 - neutro
17. Impostos:
 - mais elevados é necessário
 - iguais
 - sem impostos é bom
18. Tem necessidades especiais?
 - sim
 - não
19. Partido em que votou: _____
20. Onde gostaria de viver e porque: _____
21. Porque não votou neutro partido: _____

As atividades realizadas permitiram um especial aprofundamento dos seguintes ODS: Paz, Justiça e Instituições Eficazes (ODS 16) e Parcerias para a Implementação dos Objetivos (ODS 17). Com base nas ferramentas da Ciência Política, foram analisadas as metas relativas a estes objetivos, bem como o seu cumprimento em diferentes

geografias do mundo, compreendendo que um desenvolvimento respeitador e regenerador do ambiente e do bem-estar de todas as sociedades só pode ser alcançado com um alinhamento entre políticas nacionais, medidas de cooperação internacional e, de maneira fulcral, através da participação ativa dos seus cidadãos, incluindo os mais jovens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acemoglu, D., e J. Robinson. 2012. *Why Nations Fail: The Origins of Power, Prosperity and Poverty*. Nova Iorque: Crown.
- Albertazzi, D., e S. Mueller. 2013. «Populism and liberal democracy: populists in government in Austria, Italy, Poland and Switzerland». *Government and Opposition*, 48, n.º 3: 343-371.
- Alexander, A. C., e C. Welzel. 2017. «The myth of deconsolidation: rising liberalism and the populist reaction». *ILE Working Paper*, 10, University of Hamburg, Institute of Law and Economics.
- Allen, N., e O. Heath. 2013. «Reputations and research quality in British political science: the importance of journal and publisher rankings in the 2008 RAE». *British Journal of Politics and International Relations*, 15, n.º 1: 147-162.
- Almeida, P. Tavares de, e A. Costa Pinto. 2006. «Os ministros portugueses, 1851-1999: perfil social e carreira política». In *Quem Governa a Europa do Sul?: O Recrutamento Ministerial, 1850-2000*, eds. P. Tavares de Almeida, A. Costa Pinto e N. Bermeo. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 19-58.
- Almeida, P. Tavares de. 2022. «Political elites and executive leadership». In *The Oxford Handbook of Portuguese Politics*, eds. J. M. Fernandes, P. C. Magalhães e A. C. Pinto. Oxford: Oxford University Press, 339-352.
- Aslanidis, P. 2018. «Measuring populist discourse with semantic text analysis: an application on grassroots populist mobilization». *Quality & Quantity: International Journal of Methodology*, Springer, 52, n.º 3: 1241-1263.
- Bächtiger, A., e S. Goldberg. 2020. «Towards a more robust, but limited and contingent, defence of the political uses of deliberative minipublics». *Journal of Deliberative Democracy*, 16, n.º 2: 33-42.
- Bettecken, J., et al. 2022. «Under-represented, cautious, and modest: the gender gap at European Union politics». *European Political Science*, 21, n.º 3: 462-475.
- Bohman, J. 1996. «Critical theory and democracy». In *Handbook of Critical Theory*, ed. D. M. Rasmussen. Oxford: Blackwell, 190-215.
- Boulianne, S., K. Chen, e D. Kahane. 2020. «Mobilizing mini-publics: the causal impact of deliberation on civic engagement using panel data». *Politics*, 40, n.º 4: 460-476.

- Camerlo, M., e D. Terra. 2018. «Portuguese political science in Portugal and abroad: publications in major journals (1999-2014)». *European Political Science*, 17, n.º 1: 77-92.
- Camerlo, M., e J. Rodríguez-Teruel. 2020. «Technocratic ministers: critical junctures and other usual suspects». Paper delivered to the Technocrats and Critical Junctures. Workshop I, SEGov Project, ICS-ULisboa e Universitat de València, online, 9-10 de julho.
- Camerlo, M., A. Paris, e P. Silveira. 2021. «Experts but not technocrats: the Portuguese mixed-strategy for dealing with crisis». Paper presented to IPSA 26th World Congress, Lisboa, 10-15 de julho.
- Cancela, J., T. Dias Coelho e J. P. Ruivo. 2014. «Mapping political research in Portugal: scientific articles in national academic journals (2000-2012)». *European Political Science*, 13, n.º 4: 327-339.
- Cotta, M. 2018. «Technocratic government versus party government? Non-partisan ministers and the challenging parameters of political leadership in European democracies». In *Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies*, eds. A. Costa Pinto, M. Cotta e P. Tavares de Almeida. Londres: Palgrave Macmillan, 267-288.
- Crosby, N., J. M. Kelly, e P. Schaefer. 1986. «Citizens' panels: a new approach to citizen participation». *Public Administration Review*, 46: 170-178.
- Curato, N., e M. Böker. 2016. «Linking mini-publics to the deliberative system: a research agenda». *Policy Science*, 49: 173-190.
- Curato, N., M. Hammond, e J. B. Min. 2019. *Power in Deliberative Democracy: Norms, Forums, Systems*. Nova Iorque: Palgrave Macmillan.
- Dalton, R. J. 2004. *Democratic Challenges, Democratic Choices: The Erosion of Political Support in Advanced Industrial Democracies*. Oxford: Oxford University Press.
- Diamond, L., e L. Morlino, eds. 2005. *Assessing the Quality of Democracy*. Baltimore: John Hopkins University Press.
- Dienel, P. C., e O. Renn. 1995. «Planning cells: a gate to 'fractal' Mediation». In *Fairness and Competence in Citizen Participation*, eds. O. Renn, T. Webler e P. Wiedemann, Dordrecht: Springer, 117-140.
- Dryzek, J. S. 2000. *Deliberative Democracy and Beyond: Liberals, Critics, Contestations (Oxford Political Theory)*. Oxford: Oxford University Press.
- Easton, D., J. Gunnell, e L. Graziano. 1991. *The Development of Political Science: A Comparative Survey*. Londres e Nova Iorque: Routledge.
- Elstub, S., e O. Escobar. 2019. «Defining and typologising democratic innovations». In *Handbook of Democratic Innovation and Governance*, eds. S. Elstub e O. Escobar. Cheltenham: Edward Elgar Publishing, 11-31.
- Elstub, S., et al. 2021. «The scope of climate assemblies: lessons from the climate assembly UK». *Sustainability*, 13, n.º 20, 11272.
- Ercan, S. A., e J. S. Dryzek. 2015. «The reach of deliberative democracy». *Policy Studies*, 36: 241-248.
- Escobar, O., e S. Elstub. 2017. *Forms of Mini-Publics: An Introduction to Deliberative Innovations in Democratic Practice*. Sydney: New Democracy Foundation.

- Escriba-Folch, A., e J. Wright. 2015. *Foreign Pressure and the Politics of Autocratic Survival*. Oxford: Oxford University Press.
- Eurofound. 2016. *The Concept of Representativeness at National, International and European Level*. Luxemburgo: Publications Office of the European Union.
- EVS/WVS. 2022. European Values Study and World Values Survey: Joint EVS/WVS 2017-2022 Dataset (Joint EVS/WVS). GESIS Data Archive, Cologne. ZA7505. Dataset Version 4.0.0.
- Falanga, R. 2020. «Formulating the success of participation in urban regeneration: insights from Lisbon». *Urban Research and Practice*, 13, n.º 5: 477-499.
- Falanga, R., e L. Lüchmann. 2020. «Participatory budgets in Brazil and Portugal: comparing patterns of dissemination». *Policy Studies*, 41, n.º 6: 603-622.
- Finifter, A. W. 1983. *Political Science: The State of the Discipline*. Washington D. C.: American Political Science Association.
- Finkel, S. E. 1985. «Reciprocal effects of participation and political efficacy: a panel analysis». *American Journal of Political Science*, 29, n.º 4: 891-913.
- Fish, M. S. 2005. *Democracy Derailed in Russia: The Failure of Open Politics*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Fishkin, J. S. 1991. *Democracy and Deliberation: New Directions for Democratic Reform*. New Haven: Yale University Press.
- Fishkin, J. S. 2009. *When the People Speak: Deliberative Democracy and Public Consultation*. Oxford: Oxford University Press
- Flinders, M. 2015. «The general rejection? Political disengagement, disaffected democrats and ‘doing politics’ differently». *Parliamentary Affairs*, 68 (suppl_1): 241-254.
- Flinders, M. 2020. «Democracy and the politics of coronavirus: trust, blame and understanding». *Parliamentary Affairs*, 72, n.º 2: 483-502.
- Foa, R. S., e Y. Mounk. 2016. «The danger of deconsolidation: the democratic disconnect». *Journal of Democracy*, 27, n.º 3: 5-17.
- Foa, R. S., e Y. Mounk. 2017. «The signs of deconsolidation». *Journal of Democracy*, 28, n.º 1: 5-15.
- Foa, R. S., e Y. Mounk. 2019. «Youth and the populist wave». *Philosophy and Social Criticism*, 45, n.º 9-10: 1013-1024.
- Foa, R. S. *et al.* 2020. «The global satisfaction with democracy report 2020». Cambridge: Centre for the Future of Democracy.
- Frantz, E., e A. Kendall-Taylor. 2014. «A dictator’s toolkit: understanding how co-optation affects repression in autocracies». *Journal of Peace Research*, 51, n.º 3: 332-346.
- Frantz, E. 2018. *Authoritarianism: What Everyone Needs to Know*. Oxford: Oxford University Press.
- Friedrich, C., e Brzezinski, Z. 1956. *Totalitarian Dictatorship and Autocracy*. Cambridge: Harvard University Press.
- Gandhi, J. 2008. *Political Institutions under Dictatorship*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Gandhi, J. 2015. «Elections and political regimes». *Government and Opposition*, 50, julho: 446-468.

- Gandhi, J., B. Noble, e M. Svobik. 2020. «Legislatures and legislative politics without democracy». *Comparative Political Studies*, 53, n.º 9: 1359-1379.
- Gastil, J. e E. O. Wright. 2018. «Legislature by lot: envisioning sortition with a bicameral system». *Politics & Society*, vol. 46, n.º 3.
- Geddes, B. 1999. «What do we know about democratization after twenty years». *Annual Review of Political Science*, 2: 115-144.
- Geddes, B., J. Wright, e E. Frantz. 2018. *How Dictatorships Work: Power, Personalization, and Collapse*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Ghica, L. A. 2021. «Who are we? The diversity puzzle in European political science». *European Political Science*, 20, n.º 1: 58-84.
- Guriev, S., e D. Treisman. 2019. «Informational Autocrats». *The Journal of Economic Perspectives*, 33, n.º 4, outono: 100-127.
- Habermas, J. 1996. *Between Facts and Norms*, trad. W. Rehg, 1st ed. Cambridge: MIT Press.
- Hawkins, K. A. 2009. «Is Chávez populist? Measuring populist discourse in comparative perspective». *Comparative Political Studies*, 42, n.º 8: 1040-1067.
- Hawkins, K. A., e C. Rovira Kaltwasser. 2017. «The ideational approach to populism». *Latin American Research Review*, 52, n.º 4: 513-528.
- Hawkins, K. A., e B. Castanho Silva. 2018. «Textual analysis: big data approaches». In *The Ideational Approach to Populism: Theory, Method & Analysis*, eds. K. A. Hawkins, R. Carlin, L. Littvay e C. Rovira Kaltwasser. Londres: Routledge, 27-49.
- Hawkins, K. A., e C. Rovira Kaltwasser. 2019. «Introduction: the ideational approach». In *The Ideational Approach to Populism: Concept, Theory, and Analysis*, eds. K. A. Hawkins, R. E. Carlin, L. Littvay e C. Rovira Kaltwasser. Londres e Nova Iorque: Routledge, 1-24.
- Hyman, R., e R. Gumbrell-McCormick. 2010. «Trade unions, politics and parties: is a new configuration possible?». *Transfer: European Review of Labour and Research*, 16, n.º 3: 315-331.
- Inglehart, R., e G. Catterberg. 2002. «Trends in political action: the developmental trend and the post-honeymoon decline». *International Journal of Comparative Sociology*, 43, n.º 3-5: 300-316.
- Johnson, J. 2022. «Formal models». In *Research Methods in Deliberative Democracy*, eds. S. A. Ercan, H. Asenbaum, N. Curato e R. F. Mendonça, 39-51.
- Joss, S. 1998. «Danish consensus conferences as a model of participatory technology assessment: an impact study of consensus conferences on Danish Parliament and Danish public debate». *Science and Public Policy*, 25, n.º 1: 2-22.
- Kendall-Taylor, A., e E. Frantz. 2016. «When dictators die». *Journal of Democracy*, 27, n.º 4: 159-171.
- Koss, D. 2018. *Where the Party Rules, The Rank and File of China's Communist State*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Kriesi, H. 2020. «Is there a crisis of democracy in Europe?». *Politische Vierteljahresschrift*, 61: 237-260.
- Laclau, E. 2005. *On Populist Reason*. Londres: Verso.
- Laebens, M. G., e A. Lührmann. 2021. «What halts democratic erosion? The changing role of accountability». *Democratization*, 28, n.º 5: 908-928.

- Lasswell, H. D. 2017. *The Future of Political Science*. Nova Iorque: Taylor and Francis.
- Lee, C. P. 2015. *Training the Party: Party Adaptation and Elite Training in Reform-era China*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Levitsky, S., e L. Way. 2010. *Competitive Authoritarianism: Hybrid Regimes after the Cold War*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Levitsky, S., e Ziblatt, D. 2018. *How Democracies Die*. Nova Iorque: Crown.
- Lijphart, A. 1999. *Patterns of Democracy: Government Forms and Performance in Thirty-Six Countries*. New Haven: Yale University Press.
- Linz, J. 2000. *Totalitarian and Authoritarian Regimes*. Boulder: Lynne Rienner Publishers.
- Linz, J., e A. Stepan. 1979. *The Breakdown of Democratic Regimes*. Baltimore: Johns Hopkins University Press.
- Lobo, M. C. 2005. *Governar em Democracia*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Lobo, M. C. et al. 2016. «Portuguese democratisation 40 Years On: Its meaning and enduring legacies». *South European Society and Politics*, 21(2): 163-180.
- Lobo, M. C., et al. 2022. «Estudo eleitoral português, 2022». *Arquivo Português de Informação Social, Lisboa*. APIS0093, <http://hdl.handle.net/10400.20/2113>.
- Lopes, H. Ferrinho, et al. 2023. «Ciência política portuguesa. Evolução e características da produção científica indexada». *Research Brief*. Lisboa: Observatório da Qualidade da Democracia.
- Lührmann, A., M. Tannenber, e S. I. Lindberg. 2018. «Regimes of the World (RoW): opening new avenues for the comparative study of political regimes». *Politics and Governance*, 6 n.º 1: 60-77.
- Lührmann, A., e S. I. Lindberg. 2019. «A third wave of autocratization is here: what is new about it?». *Democratization*, 26, n.º 7: 1095-1113.
- Magalhães, P. 2022. *A Participação Política da Juventude em Portugal. Um Retrato Comparativo e Longitudinal, 2002-2009*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Marchi, R. 2020. *A Nova Direita Anti-Sistema: O Caso do Chega*. Lisboa: Edições 70.
- Mendes, M. S. 2022. «'Enough' of what? An analysis of Chega's populist radical right agenda». *South European Society and Politics*, 26, n.º 3: 329-353.
- Moreira, A. 2007. «Political science in Portugal». In *The State of Political Science in Western Europe*, ed. H. D. Klingemann, 311-324. Opladen e Farmington Hills: Barbara Budrich Publishers.
- Morlino, L. 1998. *Democracy between Consolidation and Crisis: Parties, Groups, and Citizens in Southern Europe*. Oxford: Oxford University Press.
- Morlino, L. 2012. *Changes for Democracy: Actors, Structures*. Oxford: Oxford University Press.
- Morlino, L. 2016. *Changes for Democracy: Actors, Structures, Processes*. Oxford: Oxford University Press.
- Morlino, L., e M. Sorice. 2021. *L'illusione della scelta: Come si manipola l'opinione pubblica in Italia*. Roma: LUISS University Press.
- Mouffe, C. 2000. *Deliberative Democracy or Agonistic Pluralism*. Viena: Institute for Advanced Studies.
- Mudde, C., e C. Rovira Kaltwasser. 2017. *Populism: A Very Short Introduction*. Oxford: Oxford University Press.

- Müller, J. W. 2016. *What Is Populism?*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press.
- Norris, P. 2002. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Norris, P. 2007. «Political activism: new challenges, new opportunities». In *The Oxford Handbook of Comparative Politics*, 628-652.
- Offe, C., e H. Wieselthaler. 1980. «Two logics of collective action: theoretical notes on social class and organizational form». *Political Power and Social Theory*, 1: 67-115.
- Pauwels, T. 2011. «Measuring populism: a quantitative text analysis of party literature in Belgium.» *Journal of Elections, Public Opinion and Parties*, 21, n.º 1: 97-119.
- Pilet, J. B., et al. 2022. «Public support for deliberative citizens' assemblies selected through sortition: evidence from 15 countries». *European Journal of Political Research*, ahead of print.
- Pimenta, D., E. Gonçalves, e J. P. Zúquete. 2022. «The irregular populist: André Ventura – The leader of Chega». *Team Populism*, Leader Profile Series.
- Pinto, A. Costa. 2006. «Authoritarian legacies, transitional justice and State crisis in Portugal's democratization». *Democratization*, 13(2): 173-204.
- Pinto, A. Costa. 2020. «A elite ministerial da democracia portuguesa. Entre políticos e tecnocratas». In *45 Anos de Democracia em Portugal*, eds. R. Branco e T. Fernandes. Lisboa: Assembleia da República, 143-161.
- Pinto, A. Costa. 2021. *O Regresso das Ditaduras*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Pinto, A. Costa, e P. Tavares de Almeida. 2009. «Portugal: the primacy of independents». In *The Selection of Ministers in Europe: Hiring and Firing*, eds. K. Dowding e P. Dumont. Londres: Routledge, 147-158.
- Pinto, A. Costa, L. de Sousa, P. Magalhães. 2013. *A Qualidade da Democracia em Portugal. A Visão dos Cidadãos*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Pinto, A. Costa, e P. Tavares de Almeida. 2018. «The primacy of experts? Non-partisan ministers in Portuguese democracy». In *Technocratic Ministers and Political Leadership in European Democracies*, eds. A. C. Pinto, M. Cotta e P. T. Almeida. Londres: Palgrave Macmillan, 111-137.
- Pitkin, H. F. 1967. *The Concept of Representation*. Berkeley: University of California Press.
- Plattner, M. 2019. «Illiberal democracy and the struggle on the right». *Journal of Democracy*, 30, n.º 1, 5-19.
- Przeworski, A., et al. 2013. *Political Institutions and Political Events (PIPE) Data Set, Department of Politics*. Nova Iorque: New York University.
- Przeworski, A., ed. 2015. *Democracy in a Russian Mirror*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Raimundo, F. 2015. «A justiça de transição e a memória do autoritarismo em Portugal». *Revista Contemporânea*, vol.5, n.º 7: 1-32.
- Rego, R., C. Nunes, e T. Pita. 2021a. «Sindicatos da polícia: contributo para um novo sistema de aferição da representatividade». *Análise Social*, LVI, 1, n.º 238: 110-139.
- Rego, R., T. Pita, e C. Nunes. 2021b. «A crise do tripartismo europeu: o caso da igualdade de género na concertação social em Portugal», *Tempo Social*, 33, n.º 3: 231-253.

- Rezola, M. I. 2006. *Os Militares na Revolução de Abril. O Conselho da Revolução e a Transição para a Democracia em Portugal (1974-1976)*. Lisboa: Campo da Comunicação.
- Ringen, S. 2016. *The Perfect Dictatorship. China in the 21st Century*. Hong Kong: Hong Kong University Press.
- Rojon, S., e J. B. Pilet. 2021. «Engaged, indifferent, skeptical or critical? Disentangling attitudes towards local deliberative mini-publics in four Western European democracies». *Sustainability*, 13, n.º 19: 10518.
- Saward, M. 2006. «The representative claim». *Contemporary Political Theory*, 5, n.º 3: 297-318.
- Schäfer, A. 2021. «Cultural backlash? How (not) to explain the rise of authoritarian populism». *British Journal of Political Science*, online first.
- Schram, S. F., e B. Caterino. 2006. *Making Political Science Matter: Debating Knowledge, Research, and Method*, eds. S. F. Schram e B. Caterino. Nova Iorque e Londres: New York University Press.
- Schumpeter, J. 1976. *Capitalism, Socialism, and Democracy*. Londres: Allen and Unwin.
- Shapiro, I. 2017. «Collusion in restraint of democracy: against political deliberation». *Daedalus the Journal of the American Academy of Arts & Sciences*, 146, n.º 3: 77-84.
- Sharman, J. C., e P. Weller. 2009. «Where is the quality? Political science scholarship in Australia». *Australian Journal of Political Science*, 44, n.º 4: 597-612.
- Sigelman, L., e R. Goldfarb. 2012. «The influence of economics on political science: by what pathway?». *Journal of Economic Methodology*, 19, n.º 1: 1-19.
- Silva, P., et al. 2023. «Patterns of ministerial recruitment, partisanship and financial crisis». In *Portugal After the 2008 Crisis: Resilience and Change*, ed. A. C. Pinto. Londres: Taylor & Francis.
- Silveira, P. 2016. «To be or not to be a politician: profile and governmental career of Portuguese junior ministers». *Revista española de ciencia política*, 1, n.º 40: 13-38.
- Silveira, P., e Lopes, H. Ferrinho. 2020. «Governo, segundo Marina Costa Lobo». In *Ciência Política à Portuguesa: A Disciplina Contada pelos Seus Protagonistas*, eds. M. Camerlo, A. Malamud e R. Vaz-Pinto. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 87-98.
- Smith, G. 2021. *Can Democracy safeguard the Future?*. Cambridge: Polity Press.
- Sousa, H. 2011. «Sindicalização: a vida por detrás das estatísticas (alguns problemas metodológicos)». *Universidade Nova de Lisboa, FCSH, Working Paper*, <https://drive.google.com/file/d/18DzGC9pD5AomqftY5VPLm4cZ9euaXZPt/view>.
- Stock, M. J. 1991. «Political science in Portugal: the ideological obstacles to its incipient autonomy». *European Journal of Political Research*, 20, n.º 3-4: 425-430.
- Stoleroff, A. 2015. «The Portuguese labour movement and industrial democracy: from workplace revolution to a precarious quest for economic justice», *Transfer: European Review of Labour and Research*, 22, n.º 1: 101-119.
- Svolik, M. 2012. *The Politics of Authoritarian Rule*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Vaz-Pinto, R., A., et al. 2015. «Political science in Portugal in the 21st century: a critical appraisal». *Political Science in Europe at the Beginning of the 21st Century*, eds. B. Krauz-Mozer, M. Kulakowska, P. Borowiec e P. Scigaj, 383-400. Cracóvia: Jagiellonian University Press.

- Voß J. P., e N. Amelung. 2016. «Innovating public participation methods: technoscientization and reflexive engagement». *Social Studies of Science*, 46, n.º 5: 749-772.
- Welzel, C. 2021. «Why the future is democratic». *Journal of Democracy*, 32, n.º 2: 132-144.
- Williamson, A., e J. Barrat. 2022. «Mapping deliberative democracy in council of Europe States». *Council of Europe*.
- Wintrobe, R. 1998. *The Political Economy of Dictatorships*. Nova Iorque: Cambridge University Press.
- Wuttke, A., K. Gavras, e H. Schoen. 2020. «Have Europeans grown tired of democracy? New evidence from eighteen consolidated democracies, 1981–2018». *British Journal of Political Science*: 1–13.
- Young, I. M. 2000. *Inclusion and Democracy*. Oxford: Oxford University Press.
- Zagórski, P., J. Rama, e G. Cordero. 2021. «Young and temporary: youth employment insecurity and support for right-wing populist parties in Europe». *Government and Opposition*, 56, n.º 3: 405-426.
- Zakaria, F. 1997. «The rise of illiberal democracy». *Foreign Affairs*, 76 n.º 6: 22-43.
- Zilinsky, J. 2019. «Democratic deconsolidation revisited: Young Europeans are not dissatisfied with democracy». *Research and Politics*, 6, n.º 1: 2-9.
- Zúquete, J. P. 2022. *Populismo: Lá Fora e Cá Dentro*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

A QUALIDADE da democracia é, mais do que nunca, um tema que está na ordem do dia. Considerando o contexto atual marcado por uma diversidade de desafios colocados à democracia nos campos social, económico, cultural e de política interna e externa, o livro *Democracia em Portugal 2022* pretende promover o debate público sobre a democracia em Portugal e noutros países, a partir das mais recentes abordagens desenvolvidas por politólogos.

Este volume, que difunde as reflexões do Observatório da Qualidade da Democracia do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, inclui entrevistas, análises de conjuntura sobre a democracia portuguesa, previsões políticas e diferentes produções da disciplina da Ciência Política, contando com a colaboração de reputados cientistas políticos nacionais e internacionais.



Fundação
para a Ciência
e a Tecnologia



observatório
da qualidade da democracia
observatory of the quality of democracy

UIDB/50013/2020
UIDP/50013/2020
LA/P/0051/2020

ICS

Imprensa
de Ciências
Sociais

www.ics.ul.pt/imprensa



9 789726 717423